

O PROLETÁRIO Nº 38

Uma Publicação mensal de Proletários Marxistas

Não aceitamos que a burguesia nos financie. Por isso se faz necessário a cobrança de R\$ 1,00 (um real) para o custeio da publicação do jornal

Nesta edição:

<i>Crise de Superprodução e o Estado Fascista</i>	2
<i>A questão e a necessidade da construção do Partido Revolucionário</i>	3
<i>Os reflexos da crise de superprodução e a arrogância de um império</i>	10
<i>Divisões do mercado financeiro e taxas de juros</i>	13
<i>Política de colaboração de classes e o papel da direção do Sindicato dos químicos do ABC</i>	12
<i>Capital de risco e de empréstimo – Renda fixa e renda variável</i>	14
<i>Transgênicos</i>	15

**Escreva para o Jornal *O Proletário*
Caixa Postal n.º 140
CEP 09910-970
Diadema, São Paulo**

O avançar da crise de superprodução capitalista, a ausência das transformações socialistas capazes de harmonizar os meios de produção com as necessidades da humanidade faz com que o estado capitalista assuma características particulares e se desenvolva como política geral da burguesia em crise, o Fascismo.

A contribuição da Social Democracia e do Governo PT a este fenômeno

Fascismo clássico: Segundo Trotsky o sistema dos decretos burocráticos é instável, incerto, pouco viável. O capital necessita de outra política mais decisiva. O período das meias medidas ficou para trás. No seu intento de procurar outra saída, a burguesia deve desembaraçar-se completamente da pressão das organizações operárias, dispersá-las, esparramá-las, quando não destrói-las. Aqui começa a função histórica do fascismo. Subleva as classes que estão imediatamente acima do proletariado e que teme com desespero serem condenadas a engrossar as fileiras da classe operária. As organiza e as utiliza com os meios do capital financeiro, sob a asa do Estado oficial, e as orienta para a destruição das organizações proletárias desde as mais revolucionárias até as mais moderadas. A essência e a função do fascismo é abolir completamente as organizações operárias e impedir seu restabelecimento. O único método, para eles, é o de se opor ao ataque do proletariado, quando este se debilita, o ataque das massas pequeno-burguesas enfurecidas. É exatamente o sistema peculiar de reação capitalista que entrou na história com o nome de fascismo.

A Social Democracia com as políticas de Frente popular, com a tentativa de englobar e fazer representar todas as classes sociais no governo. Com o desenrolar da crise capitalista e a impossibilidade de realizar as reformas no sentido do atendimento mínimo das reivindicações dos trabalhadores, com a inserção no Movimento Operário e popular como extensão do Estado, como é o caso do PT no governo. Nestas condições e com todas as contradições que a crise capitalista e os planos do capital financeiro se impõem, a luta de classes se desenvolve na questão da independência versus atrelamento, na política de exigências dos direitos versus a política da caridade, cooptação, burocratização e tentativa de homogeneizar a representação dos movimentos oficiais.

O aspecto de política fascista que ganha contornos no Estado moderno de crise de super-

produção crônica (crise mundial do sistema capitalista) e que o PT está fazendo escola é exatamente a política de cooptação de lideranças e as tentativas de organização de movimentos sociais dóceis, de reprodução da política deste e de combate aos opositores.

As cooptações se dão de várias maneiras: Desde a desregulamentação do trabalho, com a demissão dos trabalhadores públicos regularmente contratados e substituídos por cooperativas ou lideranças contratadas através de empreiteiras nas prefeituras. Já nos governos, se somam uma série de outros instrumentos, como: a própria política de apadrinhamento dos políticos de mandatos eletivos, as contratações temporárias pelas APMs, a terceirização, formação de cooperativas com lideranças dos movimentos visando a contratação e integração ao estado. A política de prêmio por merecimento por critérios que enaltece a submissão, combate aos lutadores sindicais e popular e aprimoramento de Leis e Resoluções para criminalizar o Movimento independente.

A reforma Sindical que está por vir deve reforçar esta tendência do estado fascista. A representação e legalidade Sindical se dará por grandiosa rede de representantes filtrados e totalmente cooptados ao estado, restando a luta independente a marginalização e a ilegalidade, mesmo da luta no campo sindical.

No campo e na cidade se dá a mesma orientação com as formações das Centrais de Movimentos como se fosse uma confederação das Direções dócil, uma coordenação Nacional dos Movimentos de forma a não permitir a voz destoante como sendo de movimento legítimo reconhecido pelo estado.

Também a marginalidade, o mundo das drogas passaram a ser um instrumento desta política, um instrumentos dos guardas brancos.

A questão e a necessidade da construção do Partido Revolucionário.

A proposta do PSTU, dos chamados radicais do PT, da Estratégia Revolucionária e do POM.

Do PSTU:

Precisamos de um novo partido socialista que unifique a esquerda brasileira. Um Partido Socialista, Contra a “Ordem” do FMI e do Capital.

A “democracia liberal”, entendida como simples acesso ao voto e a um processo eleitoral transformado em espetáculo pelo poder econômico do marketing político, é um obstáculo, não um caminho, para o verdadeiro governo dos trabalhadores.

Só haverá transformação social se rompermos com essa “democracia” do capital, para instituir uma ordem verdadeiramente democrática, da classe trabalhadora, compreendida com todos os que dependem apenas de seu trabalho para sobreviver, o que inclui hoje o conjunto dos assalariados, mas também os milhões de precarizados e desempregados.

O novo Partido que queremos construir deve privilegiar a luta e a ação direta dos trabalhadores e não as eleições, ainda que não deva desprezar a disputa política em todos os espaços. Deve se vacinar contra os erros que permitiram a degeneração do PT, rejeitando alianças com a classe dominante para ter como estratégia um governo dos trabalhadores, sem latifundiários, grandes empresários e banqueiros. Deve, por outro lado, primar por uma verdadeira democracia interna, com organismos e instancias onde a base militante possa debater a política do partido e ter controle sobre a direção e dirigentes públicos.

Dos chamados radicais do PT:

Estamos determinados a construir um novo partido defensor de que a crise deve ser paga pelos ricos, uma alternativa política dos

próprios trabalhadores, anticapitalista e socialista, que negue o governo comum com a burguesia e defenda a mobilização por salário, emprego, terra, moradia, saúde, educação, enfim, que impulse a luta direta pelos interesses dos trabalhadores e do povo pobre. Um novo partido contra a corrupção e defensor da reforma agrária, da punição aos assassinos e mandantes dos crimes no campo e defensor dos direitos humanos. Que tampouco esqueça os crimes cometidos pela ditadura militar. Um partido defensor de uma nova integração latino americana, contra a ALÇA e o FMI.

Chama à construção de um partido democrático, onde a base militante decida. Um partido com núcleos, com pleno direito de tendência e com congressos periódicos que sejam respeitados, partido plural sem centralismo.

Estratégia Revolucionária:

A nova situação aberta com a eleição de Lula está marcada pela possibilidade real de uma experiência ampla das massas trabalhadoras com suas principais direções históricas.

A crise social e econômica se aprofunda sob a política do governo Lula-Alencar

Desde que Lula assumiu, a profunda crise econômica e social no país apenas se agravou, com um aumento de mais meio milhão ao já enorme contingente de desempregados, uma brutal queda do salário do trabalhador que ultrapassa os 15% no mesmo período, com a carestia de vida comendo vorazmente o salário arrojado, a miséria que permanece golpeando o povo pobre aglomerado nas periferias das grandes cidades e a situação no campo onde os trabalhadores sem terra continuam passando fome sem ter nem terra para plantar.

O imperialismo norte-americano, principal centro da “euforia” dos anos 90, converte-se agora em centro da recessão mundial, ar-

rastando consigo Japão, Alemanha e União Europeia. Nessa situação, a pressão imperialista sobre os países da “periferia” como o Brasil é brutal, e liquida qualquer margem para o desenvolvimento da economia nacional. É fácil ter uma idéia do que nos aguarda se o capitalismo se mantém, com uma singela comparação: se o enorme aumento da miséria nos anos de FHC se deu num momento de “prosperidade” mundial, que dizer dos próximos anos quando o futuro do mundo está marcado pela depressão!

O nível de consciência política atrasada das massas hoje é um legado dos vinte anos da experiência do PT quando o esforço de milhões de trabalhadores brasileiros foi usado por um bando de políticos pequeno burgueses e arrivistas como base de manobra para governar a serviço dos interesses da burguesia, e em que a CUT desempenhou um papel crescentemente conciliador, chegando a ser a ala esquerda da aplicação dos planos neoliberais

A luta por um Partido com uma clara Estratégia e Programa Revolucionário.

Nesse momento, depois de comemorar como uma vitória dos trabalhadores a estratégia petista de “chegar ao governo e à direção do Estado” com Lula e Alencar, setores da esquerda petista defende “resgatar o PT” com a desculpa esfarrapada de que “milhões confiam no PT” ou que este é “o patrimônio histórico é de todos nós”. Esta esquerda, aparecendo nessas décadas como os “maiores e melhores construtores do PT e da candidatura Lula” têm enorme responsabilidade no fato de que milhões tenham sido enganados com a falácia de que no sistema capitalista e em seu regime de domínio seria possível dar solução às necessidades dos trabalhadores e do povo pobre.

O propósito do manifesto para “resgatar o PT” serve aos interesses das direções dessas correntes para continuar enganando suas bases e aos trabalhadores com a mentira de que “Lula agora está indo à direita”, “que o PT das origens e dos anos passados” era o partido dos socialistas e da classe trabalhadora, um partido contra a dominação burguesa. O PT, como partido enquadrado no sistema partidário do regime de domínio burguês que foi se consolidando após a transição negociada da Nova República, foi, sim, o principal partido de oposição pró-burguesa no processo de disputa

de projetos capitalistas entre as diversas frações burguesas.

A esquerda petista está diante de uma enorme crise que somente pode ser resolvida positivamente, do ponto de vista dos trabalhadores e dos socialistas, com uma ruptura incondicional com a estratégia reformista de esquerda de capitulação à conciliação de classes e ao projeto democrático-burguês. Isso significa “cortar na carne” e romper com o PT, com a conciliação com a burguesia e com o regime democrático-burguês avançando para uma estratégia revolucionária, anticapitalista, antiimperialista e antiburocrática

A realidade é concreta e desmascara os engenhos burocráticos e a falsificação da história que pretende esconder o papel do PT, nessas décadas, como partido gerenciador do capitalismo e principal impulsionador da conciliação de classes.

A esquerda petista está diante de uma enorme crise que somente pode ser resolvida positivamente, do ponto de vista dos trabalhadores e dos socialistas, com uma ruptura incondicional com a estratégia reformista de esquerda de capitulação à conciliação de classes e ao projeto democrático-burguês. Isso significa “cortar na carne” e romper com o PT, com a conciliação com a burguesia e com o regime democrático-burguês avançando para uma estratégia revolucionária, anticapitalista, antiimperialista e antiburocrática. Os melhores militantes da esquerda petista estão convocados a dar um passo à frente e se desvencilhar das amarras burocráticas e pequeno-burguesas dos dirigentes da velha geração atrelados às benesses do estado, dos mandatos parlamentares e dos sindicatos burocratizados.

Para poder triunfar, para evitar os novos enganos, armadilhas e ataques que a burguesia lançará, além de construir organismos democráticos das massas em luta, é indispensável um verdadeiro estado-maior do exército dos explorados: um partido com uma estratégia e um programa revolucionários. Os milhares de militantes que rompem agora, assim como os que despertam para a luta nessa nova situação, podem começar a trilhar um novo caminho para os trabalhadores no Brasil.

Toda luta de aparatos e a construção de fórmulas intermediárias, como se propõem algumas correntes políticas, só poderá trazer no-

vas frustrações para os trabalhadores

Os trabalhadores brasileiros necessitam, urgentemente, de uma ferramenta política própria para que a frustração com o governo do PT não dê lugar a uma maior prostração e sentimento de derrota, e sim a uma recomposição de uma vanguarda efetivamente revolucionária. Não há outra maneira de avançar nesse sentido que não seja impulsionando esta discussão entre os setores mais avançados da classe trabalhadora e da juventude oprimida e explorada, e entre todos os setores que saírem a lutar contra o agravamento de suas condições de vida sob o sistema capitalista e o governo Lula. Por isso consideramos que o caminho para a construção de um partido verdadeiramente revolucionário no Brasil não pode ser visto por fora das ações reais das massas e da possível radicalização política dos setores de vanguarda da classe operária em confronto com o governo.

Empurradas pela dinâmica da situação nacional e pelos processos de ruptura com o governo e o PT em setores de trabalhadores, importantes lideranças da esquerda petista – CST e MES, aliadas a outras correntes – ameaçadas de expulsão impulsionam a construção de um novo partido restrito aos “socialistas” do PT. Ao mesmo tempo, a direção do PSTU tenta dar um novo ritmo à sua estratégia de construir um partido com a esquerda petista.

O que realmente interessa aos trabalhadores é como construir uma ferramenta política com um programa e uma estratégia revolucionários.

Toda luta de aparatos ou construção de estações intermediárias como propõem algumas correntes políticas só poderá trazer novas frustrações aos trabalhadores.

A política lançada pela CST e pelo MES, dos deputados João Batista Araújo, o Babá, e Luciana Genro, respectivamente, junto com João Fontes, de impulsionar uma nova legenda – com nome praticamente definido, com o intuito de “unir” os “socialistas” do PT, construindo um PT dos Socialistas, como eles chamam, tentando agrupar os petistas “descontentes” numa frente – demonstra que não tiraram as lições fundamentais da bancarrota política do petismo.

Uma vez efetuada a necessária ruptura com o PT, não se trata simplesmente de “unir os descontentes” já que dentro desta fórmula pode caber um leque de concepções de todo tipo de conciliação de classes, desde setores ligados à Igreja Católica,

passando por nacionalistas “de esquerda” e correntes burocráticas sindicais diversas.

Ou seja, a política da direção do PSTU é construir um partido “novo” que “unifique a esquerda” em geral, sem uma clara estratégia revolucionária, unificando todo mundo, das mais diversas tendências políticas, desde populistas a reformistas de esquerda, como se expressa por exemplo em suas discussões até com setores da ala esquerda da igreja católica, além de burocratas sindicais diversos. Assim, nunca poderá ser criado um partido revolucionário que lute pela independência de classe, levando a editar um segundo capítulo de engano dos trabalhadores. Esta direção em sua declaração insiste em que: “Nós, do PSTU, fazemos um chamado a toda esquerda petista: ...Rompam com o PT e venham junto conosco construir um novo partido de esquerda, democrático em seu funcionamento interno, claramente contra a Alca e as reformas do FMI. Um partido voltado para a ação direta, para as lutas dos trabalhadores e não somente para eleições”; justo no mesmo momento em que esta “esquerda petista” votava a favor da reforma da previdência, com a exceção de três parlamentares.

Entre as duas políticas destas correntes não existem grandes divergências. O que as divide no momento é uma insólita luta de aparatos sobre quem imporá a hegemonia na futura organização que possa vir a surgir. Uma disputa que nada interessa aos trabalhadores, e que somente interessa aos mesquinhos interesses dos agrupamentos.

Diz Estratégia Revolucionária: Eles, que agora querem posar de “democráticos”, nem mesmo pensam em colocar este debate entre os trabalhadores das fábricas que dirigem por meio de seus sindicatos, através de assembléias ou comissões de fábrica, de maneira tal que sejam os próprios trabalhadores que decidam seus destinos. Tudo tem se limitado à discussão entre os políticos profissionais das direções das correntes.

O partido revolucionário que se necessita deve ser construído pelos trabalhadores em seus organismos, onde sejam eles os próprios sujeitos da discussão e elaboração da política

Por isso, contra essas estratégias que obedecem à velha lógica petista de luta dos aparatos o que propomos é que sejam os próprios trabalhadores os que decidam seus destinos, e não unificações produto de acordos a portas fe-

chadas

Para nós, os próprios trabalhadores

devem ser os verdadeiros sujeitos e dirigentes da elaboração e execução da política, e não como foi nas duas décadas do petismo quando eram meros espectadores (ou eleitores). Devem discutir e definir a elaboração da política e do programa, sem qualquer privilégio para os políticos profissionais, pois acreditamos no que o próprio Marx dizia: “a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.

Só um partido revolucionário dos trabalhadores pode dirigir a classe em direção a uma revolução que acabe de uma vez com o capitalismo e estabeleça uma República Operária e Socialista no Brasil.

No conjunto das lutas que os trabalhadores começam a dar, e cada vez mais com o avanço do número dos que se põem em ação, o que começa a se gerar é um espírito de ruptura e superação do PT entre os trabalhadores avançados. Mas a magnitude desse fenômeno – verdadeiro prisma a partir do qual se deve avaliar a dinâmica futura em seu conjunto – obriga a uma reavaliação do significado da experiência petista ao longo dos últimos vinte e três anos.

Não será possível avançar sem compreender profundamente o conteúdo político dessa experiência para as massas trabalhadoras do Brasil, e menos ainda sem o balanço necessário da atuação das correntes que atuaram por dentro do petismo – atuação esta que não foi capaz de acelerar a dura experiência que agora se faz com o PT, e que tampouco permitiu que as enormes energias canalizadas para a construção do partido pudessem ser retomadas para a luta revolucionária.

O grande Ascenso operário com as grandes greves no final dos anos 70 e início dos anos 80 e o surgimento do Partido dos Trabalhadores representou um momento importante para a inserção dos revolucionários no movimento de massas em geral e nos principais bastiões da classe operária em particular.

O momento político no país impunha um movimento preciso de inserção dos revolucionários frente ao fato objetivo de surgimento de um partido de massas, para acompanhar o giro à esquerda das mesmas e realizar um feroz combate a sua direção reformista, de maneira tal que o sentimento progressivo dos trabalhadores de ter sua própria ferramenta política que surgia avançasse para superar as amarras da burguesia e de seus agentes

indiretos ou diretos dentro do movimento, e não terminasse no que finalmente foi: um partido de engano dos trabalhadores. Nesse período necessariamente curto, os revolucionários deveriam ter disputado a ala esquerda do partido frente a sua direção, convencendo-a das tarefas imediatas exigidas pela luta de classes e da necessidade de construir um verdadeiro partido revolucionário. Ao calor dessa política, na qual haveria fortes lutas internas entre a direção burocrática e reformista e as tendências de esquerda, se poderia demonstrar aos olhos dos trabalhadores quais eram as correntes que de fato encarnavam seus interesses históricos e quais tendências não passavam de guardadoras dos interesses da classe patronal e das elites em geral.

No entanto, desgrazadamente, o que deveria servir sob a intervenção dos revolucionários para fazer transparecer as diferenças de interesses e concepções – as quais em última instância se reduzem às distinções de classe – terminou por servir à lógica inversa. O que de fato se deu foi a construção de um PT como grande barreira com a qual se encobriram durante duas décadas os antagonismos irreconciliáveis que esse abarcava. Um dos elementos centrais para que isso ocorresse foi o fato de que as correntes organizadas internas falharam em utilizar a oportunidade que havia para avançar na construção de um forte partido revolucionário, isto é, abandonaram completamente esta luta e tudo o que ela significa. As correntes de esquerda capitularam de conjunto à permanência indefinida no interior de um partido transformado em operário-burguês após um curto período heterogêneo.

No momento atual, os trabalhadores têm que ligar a falência definitiva do PT com seu distanciamento político dos sindicatos, dos núcleos operários, das entidades de base.

Ter um programa revolucionário significa uma luta à morte contra todas as alas da burguesia, única maneira para que a independência de classe se expresse no terreno político e não fique limitada a uma mera independência organizativa.

É preciso explicar pacientemente aos trabalhadores que a bancarrota do PT não se deve meramente a uma traição de Lula e consortes, mas de uma consequência do programa reformista e conciliador que o PT tem defendido durante mais de duas décadas, e que ao chegar ao governo nas condições atuais de crise estrutural capitalista e de agressividade imperialista adquire contornos dramáticos.

Por isso é que o programa revolucionário deste novo partido deve ser discutido amplamente entre os trabalhadores e a vanguarda em luta, através de comitês nos locais de trabalho, estudo e moradia, os mesmos que devem levar à frente a própria construção do partido.

A classe capaz de resolver estas tarefas e atuar como sujeito social dirigente é a classe operária. O papel que ocupa nos meios de produção lhe permite, ao entrar em ação, questionar a propriedade capitalista e, potencialmente, opor um poder centralizado e uma alternativa da reorganização social ao domínio da burguesia

Uma das grandes demandas atuais é a luta por emprego para todos, por um trabalho genuíno. As crises capitalistas recorrentes têm provocado um aumento do desemprego e do subemprego, uma maior carestia da vida, arrocho salarial e precarização do trabalho. Frente a isso é preciso unificar forças, unindo empregados e desempregados, lutando por emprego para todos. A demanda de emprego para todos, sobre a base de uma escala móvel de horas de trabalho, repartindo as mesmas entre empregados e desempregados até que todos os trabalhadores estejam incorporados à produção, deve estar junto com a luta pela escala móvel de salários de acordo com a inflação. Não se trata de uma demanda qualquer, pois envolve o destino e a própria vida de milhões de trabalhadores que o capitalismo condena à miséria, como se vê no novo governo burguês do PT.

Outra das grandes demandas um problema crucial em nosso país – é a necessidade de uma moradia digna. O capitalismo condena milhões à indigência e lhes nega o mais elementar direito de uma moradia. Frente a isso é necessário lutar por uma reforma urbana estrutural que exproprie as grandes propriedades dos capitalistas e elimine a especulação imobiliária pela raiz. Só assim se pode garantir uma moradia digna a todos os trabalhadores das cidades. Uma reforma urbana integral, com um plano de obras sob o controle dos trabalhadores, resolverá o problema de moradia dos setores populares ao mesmo tempo em que se garantiriam os serviços públicos gerais. Isto implica um plano de construção de moradias e de planificação do desenvolvimento urbano em função das necessidades das maiorias.

A fundamental demanda do povo pobre, que o capitalismo jamais resolverá, é a questão da terra. É preciso lutar para que a terra seja dada para os que trabalham nela. Os sem terra não podem aceitar que sua luta fique restrita às terras improdutivas. O partido revolucionário precisa agitar a necessidade de

unir e coordenar os sem terra em comitês próprios auto-organizados. Entendemos que somente a coletivização das terras pode dar fim à situação de penúria vivida pelas imensas massas camponesas; por isso é preciso lutar pela expropriação sem indenização de todos os latifúndios e a nacionalização da terra sob controle dos próprios trabalhadores em função de uma agricultura coletiva. Mas a demanda pela reforma agrária é uma reivindicação sentida por milhões de camponeses pobres, e por isso é necessário que um partido revolucionário tome as reivindicações dos trabalhadores do campo e o direito das massas sem terra determinarem seus destinos.

A luta por um governo operário e camponês deve ter como primeiro passo a irrupção de todos os setores para a luta. Ainda que uma ampla vanguarda rompa com o PT e comece a se organizar de maneira independente, a burocracia sindical continuará sendo, e talvez ainda mais, um importante obstáculo a vencer; por isso é preciso a recuperação dos sindicatos e a criação de novas organizações para o combate que unifique as bases em luta.

É necessário propor a todos os trabalhadores a luta para que os sindicatos rompam com o governo Lula-Alencar, aplicador dos planos do FMI, e com todas as alas da burguesia, expulsando os burocratas sindicais. Esta luta deve estar articulada com a estratégia de impulsionar com todas as forças as experiências de democracia direta dos explorados, como estratégia para criar o duplo poder. Esta é a forma de mostrar o germe da democracia da nova sociedade. Sem a luta pelas massas, sem transformar os sindicatos e construir organismos democráticos que abarquem setores cada vez mais amplos de todos os que saem para a luta, falar em romper com o eleitoralismo e em “ação direta” não passa de frase de efeito

As diversas estratégias de construção do “novo partido”, com os interesses mesquinhos das correntes políticas, só são possíveis por enxergarem o partido como um fim em si mesmo, como o aparato em si, já que não têm a perspectiva mais profunda do partido como o meio para a libertação da humanidade.

Construir esse grande partido revolucionário dos trabalhadores no Brasil será também um impulso importante para a construção do partido mundial da revolução socialista.

Como podemos notar, nas posições anteriormente narradas que constitui nos pontos principais dos Manifestos publicados pelas respectivas organizações políticas deixam clara a distância que nos separam da real construção do Partido Revolucionário.

Os militantes do POM participaram desde a origem da construção do PT, como metalúrgicos, e posteriormente como dirigentes Regionais deste partido. Fomos expulsos em 1990 por defender as ocupações e a luta independente dos trabalhadores. Participamos de todas as polêmicas iniciais da construção deste partido.

O primeiro ponto de balanço do fracasso teórico e desvio da construção de um partido é que: o momento propiciava e reclamava uma luta mais decidida contra a ditadura e os partidos políticos consentidos uma vez que, era do próprio interesse do imperialismo no momento, a democratização dos regimes totalitários, que já tinham cumprido sua função de espantar e aniquilar toda a vanguarda comunista. O ascenso do movimento operário e o surgimento do sindicalismo combativo deu lugar a que setores de intelectuais, da Igreja, da esquerda Socialista, da social democracia, dos dirigentes sindicais, sob uma classe operária amordaçada e com grande maioria de jovens operários vindos do campo, sem experiência na participação política e nem nas lutas sindicais, pois foram praticamente 20 anos de jejum político de uma forma mais aberta. Nestas condições sobressaiu a intelectualidade pequeno-burguesa com o forjar da política desta classe se utilizando do movimento operário e do vazio político.

Assim como no golpe de 64 a igreja teve papel importante no apoio deste, selando a santa aliança da ditadura do capital. Na construção do PT, esta mesma Igreja selou fileira com os intelectuais burgueses e pequeno-burgueses, colando nas lideranças sindicais que despontavam e de mão juntas rezaram a construção do programa policlassista do PT de baixo para cima, de combate à independência de classe e aos comunistas, zelando pela ordem constituída da democracia formal. A questão da possibilidade da construção da dualidade do poder foi tratada a ferro e fogo. A santa aliança tratou rapidamente de retirar dos

estatutos da CUT a formulação dos Comandos de Base como instrumentos de poder. No PT, os núcleos de bairros deram superioridade aos núcleos fabris. Assim, a política de independência de classe foi derrotada por uma série de fatores, mas o principal foi a falta de experiência política da classe operária e da própria juventude que combatia as formulações programáticas burguesas e pequeno-burguesas e não tinham conhecimento e clareza das bandeiras e programa que refletisse os interesses históricos do movimento operário internacional. Desta forma, a não construção do programa do PT que refletisse a independência da classe operária foi fruto do atraso político, reflexo dos pesados anos de ditadura militar. Mesmo os elementos jovens ou mais experientes que contrapunham os intelectuais pequeno-burgueses que disputavam a direção do PT do ponto de vista classista, não tinham clareza e conhecimento programático que ajudasse na construção de um partido revolucionário naquele momento. Os trotskistas, que já defendiam os 4 primeiros Congressos da Terceira Internacional Comunista, nunca os tinham lido. No máximo, o que se conseguia e que acabava em acordo com os elementos de direção, era a mesma proposta dos atuais defensores da Estratégia Revolucionária que, apesar de apontarem importantes pontos da construção do partido, propõem construir um partido de baixo para cima, onde apresenta uma concepção basista, em contraposição ao partido de quadros (Leninista). Além disso, confundem a questão da construção do programa, consciência de classe, partido e a conseqüente transformação em ação das massas. A estratégia da Ditadura do Proletariado é expressão política e ordens das organizações superiores das massas, mas guarda relações dialéticas com o programa, o qual expressa os interesses históricos do proletariado moderno e tal inter-relação é realizada por intermédio do Partido Revolucionário.

Hoje, após 22 anos, nos deparamos com a mesma miséria política. De fato, a construção do PT foi e é um atraso político para os trabalhadores brasileiros e de fato estamos num importante momento de que os trabalhadores brasileiros passem por esta experiência, possibilitando o desmascaramento desta variante de reformismo, assim constituindo-se em um processo importante. Será que após todos estes anos de luta, ainda vamos defender como pontos programáticos e estratégia a construção de um partido de baixo para cima? Um partido “democrático”

policlassista? Plural?

As propostas do PSTU e dos chamados radicais de fato padecem do mesmo mal, são expressão do radicalismo pequeno-burguês e nada mais. Apresentam-se como os campeões em combater o imperialismo, o não pagamento da dívida externa, não à ALCA, pela reforma agrária etc. Na essência, com os Radicais que negam o Centralismo e o PSTU que defende o Centralismo bu-

rocrático acabam se mesclando na defesa da democracia formal e com isto a própria propriedade privada dos meios de produção. Assim, alimentam a ilusão de um Governo dos Trabalhadores saído das eleições que não paguem a dívida externa, rompam com o imperialismo, com os burgueses e continue a administrar o estado capitalista, “talvez mais humano” pela via pacífica, sem a Ditadura do Proletariado.

Todo poder ao Zé Maria! Não, todo poder ao Babá! E por que não todo poder a Lula? Ah,

Venham para os cursinhos de Marxismo!

- Nos apoderarmos das idéias dos operários internacionalistas (Marxismo) é a condição única de enfrentar as idéias da burguesia mundial.
- O mundo capitalista e a crise de superprodução que é o resultado deste regime, nos levará ao aprofundamento da barbárie, das guerras, violência, fome, desemprego e miséria absoluta.
- Sem o conhecimento histórico das experiências deixadas pelas lutas revolucionárias do proletariado internacional não haveremos de derrotar a burguesia;
- Sem a construção de um Partido Operário Marxista capaz de forjar as idéias, um poderoso programa e a própria construção de verdadeiros militantes, íntegros, com conhecimento, coragem, disciplinados e organizados;

Sem a combinação no seio das massas da teoria e da prática, capaz de se transformar em ação de massas, não estaremos capacitados para a tarefa de derrotar a burguesia e socializar os meios de produção

INTRODUÇÃO

Com o avolumar da crise do sistema de exploração capitalista o imperialismo se apodera das riquezas e do controle de nações oprimidas evidenciando com as imposições para a implementação de reformas econômicas, trabalhistas, constituição de blocos econômicos e as guerras. O imperialismo norte-americano vem atuando principalmente sobre os países oprimidos como foi o caso do México com a constituição do Nafta, onde ocorreu total destruição das forças produtivas, desnacionalização das indústrias e, conseqüentemente aumento do desemprego, da miséria, da fome economia informal e etc. Um próximo passo para o avanço de domínio de mercado é a constituição da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), onde as economias de trinta e quatro países estarão envolvidas, precarizando ainda mais as condições de vida dos trabalhadores.

A situação no Brasil

No Brasil, a piora das condições de vida dos trabalhadores vem aumentando gradativamente em função das várias intervenções realizadas por vários governos que seguiram e seguem fielmente a política e as orientações dos organismos internacionais, principalmente, os norte-americanos. Aqui, podemos citar as privatizações onde foram entregues a maior parte das empresas estatais a troco de banana para o capital estrangeiro, ainda por cima o governo FHC usou recursos do BNDES como empréstimo para tais magnatas e uma boa parte do dinheiro recebido proveniente dessas vendas veio em forma de moeda podre. Nesse período de vacas gordas para os imperialistas, o discurso do governo era que as nossas empresas não eram lucrativas para o país e ainda causavam prejuízo aos cofres públicos, além de que com a venda a economia iria crescer. O fato é que a economia não cresceu, mas em contrapartida o desemprego, a fome, a miséria e a violência aumentaram drasticamente com conseqüente piora das condições de vida da maioria da população oprimida.

O governo Lula-PT também tem sua política voltada para os interesses da burguesia (grandes empresários nacionais, das multinacionais e latifundiários) e a prova disso foi a redução do IPI

sobre os carros das montadoras, mas sem a conseqüente redução do custo para o consumidor como forma de tirar o setor da crise. Essa medida forçada pelas montadoras teve como objetivo principal aumentar seus lucros, pois sabem eles que a crise é de superprodução e como contradição, os trabalhadores continuarão sendo demitidos, seus salários reduzidos; por isto mesmo, continuarão sem consumir grande parte da produção a pesar de ser fruto do trabalho coletivo.

O principal e mais recente ataque aos direitos dos trabalhadores brasileiros foram: a continuidade da reforma da previdência onde poucos trabalhadores terão direitos a aposentadoria em função do aumento da idade limite e a instituição do aumento da contribuição previdenciária por parte dos governos estaduais como foi o caso do governo do Estado de São Paulo, retirando mais 5% dos proventos dos funcionários públicos.

Em seguida e, infelizmente, teremos a reforma tributária onde mais uma vez os salários dos trabalhadores serão diminuídos em função de que mais impostos serão criados e outros aumentados suas alíquotas, que recairão mais uma vez sobre seus proventos. Mas, um dos maiores ataques aos direitos dos trabalhadores virá com a reforma trabalhista e a sindical. Neste caso, o que prevalecerá serão os acordos entre patrões e lideranças dos trabalhadores, pois esses supostos líderes estão completamente atrelados aos patrões e governos e mais uma vez, quem sofrerá as conseqüências serão os explorados. A maior prova de que os ataques aos trabalhadores brasileiros continuarão por conta da crise do sistema capitalista é o total atrelamento do atual governo do PT aos organismos internacionais do imperialismo como a ONU, Banco Mundial, BIRD e FMI, principais organismos de controle e repressão imperialista sobre as nações oprimidas.

Uma outra forma de domínio do imperialismo vem se dando nas configurações dos blocos econômicos dentre outros temos os principais: O Nafta (EUA, Canadá e México) liderado pelos Estados Unidos, a União Européia cuja composição se dá com vários países da Europa, o Mercosul liderado pelo Brasil e a ALCA que vem sendo negociada desde 1994, tendo como principal interessado os Estados Unidos como forma de se sobrepor à União Européia e a todos os outros países, principalmente, os oprimidos. Fazem isto, primei-

ro pela ganância sem limites de suas burguesias e, em segundo lugar, para conter a crise de superprodução por que passam. Para levar a cabo seus objetivos, promovem guerras e avançam na dominação até mesmo de nações inteiras

A situação na Bolívia

O Fundo Monetário Internacional (FMI) em fevereiro de 2003 impôs ao então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada e este a população a criação de mais um imposto para quem ganha mais que dois salários mínimos, o equivalente a US\$ 116. Essa medida fazia parte do acordo do governo da Bolívia com o FMI para reduzir o déficit nas contas públicas de 8,5% para 5% do produto interno bruto (de tudo o que o país produz). Como medida compensatória, o país contraía um empréstimo no valor de US\$ 4 bilhões do Banco Mundial e outras instituições imperialistas. Neste momento, o principal argumento do governo para sair da crise econômica era o caminho da austeridade para com a população, o que significava sobrecarregar ainda mais os salários dos trabalhadores.

A população conscientemente saiu às ruas de Lapaz e pressionou o governo de modo a não permitir que esse projeto de Lei orçamentário fosse aprovado pelo legislativo boliviano. Esta foi uma das maiores explosões social das últimas décadas na Bolívia com o confronto direto com o governo e seu aparato burguês. Mas, o fato mais importante neste momento foi o de que a tropa de choque, a grande protetora do palácio do governo aderiu a uma greve dos policiais que reivindicavam 40% de reajuste salarial e também pela revogação do projeto que instituía a criação do novo imposto. Nesse movimento, policiais, bombeiros, estudantes e trabalhadores em geral estiveram juntos em defesa de seus interesses. Bancos, lojas e supermercados foram saqueados. Esse movimento se alastrou também para outras cidades como Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra prosseguindo então com a convocação de uma greve geral pela Central Operária Boliviana (COB), inclusive com o apoio da Confederação dos empresários privados, paralisando o país. As instituições que declararam apoio ao então presidente, foram instituições americanas como a OEA e do próprio governo dos Estados Unidos, os mesmos que quiseram impor saques de parte dos salários dos trabalhadores e endividamento do país e da população.

Mais uma vez o imperialismo norte-

americano na tentativa de ditar a política de saques e controle da economia boliviana força o então governo Gonzalo Sanchez de Lozada a apresentar ao parlamento um **projeto de Lei** que previa a exportação de **gás natural** para os Estados Unidos através do Chile. Essa foi a gota d água para as massas bolivianos se levantarem no mês de **outubro de 2003** e provocarem a renúncia do presidente Sánchez de Lozada.

A importância do gás natural para a Bolívia e bolivianos é o fato de que o país é um dos mais pobres da América Latina, mas em contrapartida possui a segunda maior reserva de gás natural da região. Segundo o FMI e economistas bolivianos a exportação do gás natural para os Estados Unidos seria um viés para tirar o país da crise e acelerar o crescimento econômico nos próximos cinco anos. O déficit comercial da Bolívia hoje, segundo os economistas está entre US\$ 300 e US\$ 400 milhões e que a exportação de gás natural faria a diferença entre crescimento e fracasso. Este filme todos nós já vimos acontecer em vários países pobres como Brasil, México e tantos outros e nem por isso a economia desses países cresceu e só tem contribuído para o aumento da fome, da miséria, do desemprego e da violência. Esta é uma das principais estratégias que o imperialismo se utiliza para se apoderar das riquezas de um país.

Os protestos do proletariado boliviano se deram basicamente por causa dos argumentos do governo e dos economistas burgueses tentando convencer os trabalhadores de que o projeto político-econômico-social colocaria o país em situação de destaque. O nível de consciência do proletariado é tão elevado de modo que os benefícios de um projeto/acordo como este só favoreceria a elite rica/burguesa em função dos avanços econômicos conseguidos e em contrapartida a maioria da população que é indígena continuaria na pobreza.

É bom lembrar que o país vive hoje a “democracia” depois de décadas de instabilidade política e vários golpes militares, mas o fato é que as desigualdades sociais aumentaram sem evidentemente redução do nível de pobreza.

Os bolivianos ficaram mais indignados em virtude do projeto que previa a exportação do gás natural para os Estados Unidos passar pelo porto chileno, local que antes fazia parte do território boliviano e que foi incorporado ao Chile depois da guerra de 1879 a 1883.

O nacionalismo é muito grande e desempenha um papel bastante importante, mas a idéia de vender o gás natural para os Estados Unidos vai contra os opositores de esquerda pelo fato de serem mais ainda explorados pelo imperialismo norte-americano.

As reivindicações dos trabalhadores bolivianos são mais que legítimas em função de que seus recursos naturais devem ser preservados e qualquer que seja a sua destinação devem ser feita com o aval e controle dos trabalhadores. Neste sentido, os trabalhadores estão mais que corretos em não aceitar os argumentos de que apenas 1% da reserva de gás natural é suficiente para o consumo interno. Outras reivindicações também foram colocadas na ordem do dia e incluem maiores salários, melhores aposentadorias, reforma agrária e a saída da Bolívia das negociações da ALCA.

Além de tudo isso, o que acabou contribuindo com a instabilidade política no país neste momento também se deu por causa de que o então presidente Gonzalo Sánchez de Lozada ter sido educado nos Estados Unidos, onde passou boa parte de sua juventude no exílio e em contrapartida também por ter sido eleito com pouca legitimidade pelos bolivianos (apenas 22,5%) dos votos no mês de agosto de 2002, uma escola que não

serve e não servirá ao proletariado do mundo inteiro.

Mas, apesar do grau de consciência de classe que tem os trabalhadores bolivianos, um mérito das organizações revolucionária e suas lideranças, como na Argentina a saída para a burguesia imperialista e intervencionista foi no sentido de manter suas instituições, cooptando para compor parte do governo lideranças dos trabalhadores, forma essa que o imperialismo norte-americano tem se utilizado para impedir o avanço das massas e suas organizações, principalmente nos países pobres (oprimidos). Como forma de sair da crise institucional uma outra medida para conter os anseios da população foi a promessa de uma nova eleição presidencial e reforma na constituição, próprio da democracia formal.

Para nós, fica a lição de que quando os trabalhadores conscientes das contradições do regime de exploração capitalista se organizam em prol de seus interesses (direitos legítimos da classe) os resultados na maioria das vezes são positivos.

Política de colaboração de classes e o papel da direção do Sindicato dos químicos do ABC

A história nos mostra que é totalmente impossível haver conciliação entre classe operária e classe exploradora, ou seja, da classe dos patrões. Os interesses são contraditórios. Os patrões, para terem mais e mais, dependem de sugar mais o sangue dos trabalhadores e, por sua vez, os trabalhadores para terem uma condição de vida melhor, dependem de tirar um pouco do lucro dos patrões, em troca de seu sustento.

Com sua sede de lucro, os capitalistas —burgueses e patrões — entram em guerra. É pura ganância. É guerra de mercado, em que uns obrigam os outros a fechar suas empresas, isto é, umas querendo engolir as outras, e aí se formam os monopólios, os cartéis e por fim as fortunas.

Empresas como a Karina Coper Dogal e BC pertencentes a um mesmo dono. A partir do dia 5 de novembro de 2003 mandaram em torno de 90% dos seus funcionários ficar em casa, alegando falta de serviço. C, é claro, iriam ter uma diminuição de despesa com energia elétrica, refeição, vale transporte, etc. Não se sabe ao certo o que se passa pela cabeça do patrão, mas certamente está planejando aumentar seus lucros ou então, conter a crise que o atinge e livrar o “seu”; para tanto, uma das formas é fechar uma das empresas e, com isso, reduzirem gastos. Continuam com a mesma produtividade e a burocracia sindical, com sua política de colaboração de classe não tem autoridade para chamar uma greve geral da categoria, devido aos seus acordos individuais e políticos. A burocracia sindical manipula as assembleias antes mesmo que elas aconteçam.

Companheiros e companheiras! Para nós, trabalhadores, só existe uma saída: ou nos organizamos em partido político revolucionário, ou estaremos fadados a morrer de fome, na miséria absoluta, ou seja, é recrudescimento da barbárie.

Diga NÃO! aos acordos por fábricas. Diga NÃO! à política de colaboração de classes.

DIVISÕES DO MERCADO FINANCEIRO E TAXAS DE JUROS

Surge o capitalismo e com ele surge também a necessidade de explorar o trabalhador através de sua força bruta e do seu trabalho alheio (mais-valia). Hoje em dia, os capitalistas conseguiram encontrar um meio fácil e rápido (sem custo/ônus) para explorar ainda mais os trabalhadores e neste sentido para sobreviver à crise de superprodução capitalista em que se encontra o atual regime, quanto mais a tecnologia evolui/se desenvolve, mais ainda aumenta o número de desempregados, de famintos, a miséria (pobreza absoluta), a violência e por fim a barbárie social. Os detentores do poder-banqueiros, industriais e latifundiários - juntamente com seus governos, lacaios da burguesia imperialista, não se importam com essas mazelas provocadas pelo capitalismo, pois para se sobressair momentaneamente a essa crise, a união do capital financeiro especulativo, industrial e latifundiário, criaram as chamadas taxas de expropriação indireta, cobradas diretamente dos proventos (salários) dos trabalhadores, sem que eles pudessem intervir diretamente sobre tais ataques, o que significa uma afronta aos direitos conquistados às custas de muita luta, sangue e suor, luta de classe-proletariado contra burguesia.

Essas taxas hoje estão centralizadas, principalmente, nos bancos e são os banqueiros os que mais tem lucrado com o dinheiro do trabalhador. Para termos idéia dessa realidade, os juros do cheque especial e do cartão de crédito variam de 150% a 180% ao ano, o que dá uma média de 12,5% a 15% ao mês.

Fazendo uma análise do mercado financeiro e dos princípios básicos de funcionamento, podemos constatar e destacar os diferentes mercados que existem dentro dele. Quando distinguimos entre lado real e lado financeiro da economia, insistimos em que esta distinção é sempre um tanto arbitrário e parcial, podendo induzir ao erro de se imaginar duas realidades separadas. Mas, para o capitalismo, podemos assim dizer, é uma distinção real, válida e necessária. A mesma ressalva deve ser feita quanto às distinções dentro do mercado financeiro que apresentamos a seguir: em relação a estas, é preciso ter claro também que elas não são excludentes, não formam um conjunto de partes que, somadas, reproduzem o todo. São distinções feitas sob óticas diversas e que se sobrepõem, principalmente, no funcionamento prático do mercado.

CAPTAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O mercado financeiro é constituído pelo conjunto de transações envolvendo a moeda propriamente dita. Para que as pessoas transacionam moeda? Existe dois objetivos básicos e distintos. Quem tem mais dinheiro do que necessita no mercado procura emprestar este dinheiro disponível, em troca de um certo rendimento, **os juros**. Quem precisa de dinheiro além daquilo que tem no momento procura tomar emprestado, pagando juros. No primeiro caso, temos um aplicador de recursos (o explorado); no segundo, um captador (o explorador). Em ambos os casos, são extremamente variados as necessidades, em termos de prazos e volumes, bem como os níveis e tipos de juros considerados aceitáveis.

Neste caso, os juros praticados no mercado especulativo são os chamados juros compostos/juros sobre juros, em que a taxa de juros incide sempre sobre cada novo montante (capital mais renda-juros). A instituição financeira (os bancos) faz esta intermediação, procurando tomar o dinheiro da maioria dos trabalhadores para emprestar a outros.

A atuação das instituições financeiras faz com que, em cada um dos casos, haja tomadores e aplicadores. As pessoas e empresas que têm disponibilidades monetárias defrontam-se com um mercado onde as instituições financeiras se propõem a tomar emprestado seu dinheiro por determinados prazos e taxas.

Nos dois casos, uma aplicação é, obviamente, uma dívida assumida pela outra parte. O reconhecimento desta dívida se dá através de um papel, no qual o devedor assegura que recebeu o dinheiro e especifica as suas obrigações quanto a pagamento e juros. Este papel, para ter validade jurídica, deverá estar enquadrado nas normas legais que disciplinam o mercado financeiro. Neste caso, o papel assume a condição de título financeiro. Por isto se costuma falar de “papéis” e “títulos” em referência às aplicações financeiras.

O esforço das autoridades governamentais vai no sentido de regulamentar e enquadrar as diversas formas de aplicação e captação para atender as necessidades do próprio governo e dos banqueiros. O objetivo é duplo. Primeiro, facilitar a fiscalização e acompanhamento da situação das instituições para evitar instabilidades e quebras conforme vimos no capítulo anterior. Segundo, aplicar eficazmente a legislação tributária, evitando a sonegação. É bom lembrar que apesar de existir governo e legislação, quem controla na verdade o sistema financeiro são os capitalistas e neste sentido não há fiscalização e muito menos combate a sonegação. Da parte do mercado, existe sempre a tendência a criar novas formas de negócios. A própria dinâmica da economia cria sempre necessidades e oportunidades novas, que podem ser lucrativamente aproveitadas por quem delas se apodera primeiro. Além disto, através de brechas ou omissões na legislação, podem ser encontradas formas de se reduzir a tributação sem caracterizar uma ilegalidade. Do confronto entre os propósitos das autoridades e a iniciativa daqueles que atuam no mercado resulta um contínuo processo de ampliação, modificação e aperfeiçoamento da legislação, forma pela qual os governos querem mostrar para a população que o controle está sendo feito.

Fizemos assim uma grande e importante divisão inicial. De um lado, o mercado de captação, em que as instituições são tomadoras de recursos e o público é aplicador. De outro lado, o mercado de crédito, em que as instituições são aplicadoras e o público é tomador. Em cada um deles há uma dinâmica própria quanto às taxas de juros, prazos e volumes operados, bem como formas de negociação diferentes. Obviamente, para que as instituições tenham lucro, as taxas de juros no mercado de captação devem ser menores que no mercado de crédito.

CAPITAL DE RISCO E DE EMPRÉSTIMO- RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Esta é uma das distinções mais significativas que há no mercado financeiro, e pode ser melhor entendida através de um exemplo prático. Suponhamos que uma empresa resolva ampliar suas instalações, e para isto necessite de R\$ 10 milhões. Ela pode obter este dinheiro vendendo ações, ou tomando empréstimos.

Uma ação é a parte mínima do capital de uma empresa. Quem é proprietário de ações é proprietário da empresa, na proporção que suas ações representam do capital total. Quem é dono de empresa recebe lucros, se houver; se a empresa der prejuízo, não recebe nada (a não ser que tenha salário como diretor, mas aí não estará recebendo como proprietário). É daí que surge a expressão capital de risco: ao comprar ações da empresa, o aplicador está associando ao risco, será remunerado apenas se a empresa der lucro. Mas, se o lucro for elevado, sua remuneração também será elevada. É risco, de fato. Além disto, a empresa não está obrigada a devolver o dinheiro aplicado, a não ser em caso de encerramento das atividades, espontaneamente ou por falência. O dono das ações pode vendê-las para outra pessoa, mas a empresa nada tem a ver com esta venda.

Quanto ao conceito de aplicação de renda fixa, podemos entender aquela que propicia o rendimento fixado inicialmente, sem que o aplicador sofra qualquer perda ou ganho em decorrência da forma como o seu dinheiro foi administrado por quem o tomou por empréstimo. A aplicação de renda variável é aquela cuja rentabilidade irá variar em função dos resultados obtidos por quem tomou o dinheiro.

Portanto, existem dois grandes mercados: o mercado de capital de risco ou de renda variável, em que se negociam basicamente ações e o mercado de renda fixa, em que se negociam diversos tipos de títulos. No mercado de renda fixa é possível distinguir um mercado de aplicação e outro de captação.

No mercado de renda variável, as ações são partes do capital das empresas e designa-se mercado de capitais, enquanto que no mercado de renda fixa, este sim, é exclusivamente designado por mercado financeiro, excluindo-se os títulos de renda variável.

No Brasil, jamais se estruturou um mercado de renda fixa de longo prazo, pois as empresas (as grandes empresas) por estarem ligadas diretamente aos bancos, nunca tiveram oportunidade de

conseguir empréstimos para financiar investimentos junto ao sistema bancário privado e quem acaba assumindo esse compromisso é o próprio governo através do sistema de crédito do BNDES.

O mercado de capitais inclui, além dos chamados títulos de renda variável e os títulos e aplicações de renda fixa de prazo mais longo são todos partes integrantes do mercado financeiro. Este inclui também o que se chama de mercado monetário, o mercado de renda fixa de prazo curto. Chamamos de mercado monetário porque abrange as negociações que envolvem o dinheiro enquanto disponibilidade, enquanto giro rápido, diferentemente do mercado de capitais, em que dinheiro vai se destinar a investimentos e imobilizações.

O que se sabe na verdade é que o sistema financeiro além de complexo e de difícil compreensão é um sistema para poucos, pois é a classe dominante que detém o poder e sobretudo o controle deste. Os trabalhadores, por sua vez, estão submetidos e controlados por este, uma vez que em função da crise por que passa o sistema de exploração capitalista, a burguesia saqueia os direitos do proletariado retirando taxas e mais taxas de seus salários através do sistema bancário, transformando o trabalhador em presa fácil nas mãos dos capitalistas.

A exemplo de taxas cobradas pela rede bancária, temos: manutenção de conta corrente, renovação de contratos de cheque especial e de cartão de crédito, cobrança de extratos e de folha de cheque com valor abaixo de R\$ 20,00, cobrança de talão de cheque, imposto sobre operações financeira, juros e correção monetária por empréstimo ou por atraso na quitação de dívidas, a CPMF e etc. A maior parte destes recursos vai para o bolso dos banqueiros e uma parte para os cofres públicos.

Mas, o fato é que todo dinheiro que passa pelas mãos dos trabalhadores, primeiro passa pelas mãos dos banqueiros onde boa parte deste é usada por eles para gerar lucros, uma vez que este fica retido por algum tempo nos cofres do banco, ou melhor, é usado nas aplicações financeiras. É sem dúvida um absurdo a forma como os capitalistas saqueiam e usufruem parte dos salários dos trabalhadores.

Transgênicos

A polêmica dos transgênicos reflete a ganância dos grandes capitalistas e a crise deste sistema, e não uma questão ético-ecológica, ou a soberania alimentar das nações. Trata-se pois, do cerne da tendência capitalista.

No capitalismo a natureza é constantemente agredida e transformada em benefício do lucro. Na corrida pela produção de mais-valia os homens exploram a si mesmo e a natureza. Degradam o meio ambiente gradativamente, e num ritmo cada vez mais ousado, assediam a natureza em seu próprio detrimento.

A interferência cega e negligente na biodiversidade genética. Assim como a tecnologia industrial é utilizada pelos capitalistas de um modo estúpido e destruidor, em relação ao meio-ambiente, a evolução genética (agrícola / agropecuária) também será. Enquanto a qualidade de vida existir em último plano, submetida aos interesses ambiciosos desses grandes capitalistas, os progressos produtivos acarretarão a degradação ambiental e do próprio homem.

Além dos transgênicos, nos defrontamos com um grave problema. A degradação ambiental e exploração do próprio homem. Que sofre desde o seu martírio ao pé da máquina, até o envenenamento nas prateleiras dos supermercados.

Monopólio Alimentício

Assim como a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas, e as reformas impostas ao governo brasileiro, a proposta dos transgênicos também funciona como um “Cavalo de Tróia”.

Num primeiro momento, observa-se que as empresas multinacionais imperialistas gozam de uma forte infraestrutura para conquistar, a qualquer preço, o mercado dos países subdesenvolvidos, desde a venda e monopólio das sementes a destruição das agriculturas concorrentes.

De outro lado, cumpre informar que as plantas geneticamente modificadas possuem capacidade de contaminar o flora natural, durante o processo de fertilização normal (através do vento, pássaros, insetos e etc.).

Eis que surge o nefasto Interesse Mer-

cantil (Capitalista). Patentear (privatizar) as sementes, assim como todos os recursos naturais do planeta. De modo que o agricultor terá de pagar para fertilizar o solo para cultivar da mesma maneira que paga pela água, pela terra, pela energia elétrica/motora e etc.

Visto que a monopolização não se restringe a produção agrícola, abrangendo a agropecuária, agrícola e etc...

No capitalismo o pequeno produtor perde inclusive a natureza, sendo que a “vida” (vegetal e animal) torna-se agora, propriedade privada.

Biodiversidade e Ecossistema

O homem é parte da natureza. E toda ação que se faz sobre o equilíbrio ecológico repercute em sua existência. Para usufruir da natureza e otimizar os seus recursos naturais é preciso compreender a complexidade que reflete a não harmonia entre os meios de produção e as necessidades dos seres.

A falácia que auge aos transgênicos o fim da fome mundial devido a possibilidade de produção ilimitada é desmentida pois:

O problema da fome está concentrado na capacidade das populações em obter recursos para comprar comida e o necessário para viver, em quantos estes sobram e muitas das vezes estragam nas prateleira ou nos armazéns do próprio governo e de particulares a espera de preço e de mais lucro, devido a propriedade privada dos meios de produção. Vale dizer que a produção agrícola tem aumentado constantemente a cada ano, no entanto, o número de famintos triplicam.